

**HUGO NIGRO  
MAZZILLI**

**A defesa  
dos INTERESSES  
DIFUSOS em juízo**



**2024**



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca– CEP: 03113-010– São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 32.ª edição.

M476d Mazzilli, Hugo Nigro  
A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo / Hugo Nigro Mazzilli – 34.ed., rev., atual. e ampl.– São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.  
1040 p.

Inclui Bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4708-2

1. Interesses Difusos e Coletivos. 2. Ação Civil Pública. I. Mazzilli, Hugo Nigro. II. Título.

CDD 341.27

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois– CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i> .....	5
<i>Breve currículo do autor</i> .....	13
<i>Nota à 34ª edição</i> .....	17
<i>Siglas e abreviaturas</i> .....	21

### TÍTULO I

## INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

### CAPÍTULO 1

#### **As várias categorias de interesses**

1. Interesse público e interesse privado .....	49
2. Interesse público primário e secundário .....	51
3. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva .....	52
4. Interesses difusos .....	55
5. Interesses coletivos .....	57
6. Interesses individuais homogêneos .....	59
7. Conclusões .....	60

**CAPÍTULO 2****Legitimação ordinária  
e extraordinária**

- |    |                                 |    |
|----|---------------------------------|----|
| 1. | Legitimação ordinária.....      | 67 |
| 2. | Legitimação extraordinária..... | 67 |
| 3. | Conclusão .....                 | 72 |

**TÍTULO II****A AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
E O MINISTÉRIO PÚBLICO****CAPÍTULO 3****Ação civil pública**

- |     |  |    |
|-----|--|----|
| 1.  | O que é ação civil pública ou ação coletiva.....             | 77 |
| 2.  | Ações de iniciativa do Ministério Público.....               | 79 |
| 3.  | Ações fundadas na Constituição da República .....            | 79 |
| 4.  | Ações fundadas no Código Civil.....                          | 80 |
| 5.  | Ações fundadas no Código de Processo Civil.....              | 81 |
| 6.  | Ações fundadas no Código de Processo Penal .....             | 81 |
| 7.  | Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente ..... | 82 |
| 8.  | Ações fundadas na legislação trabalhista.....                | 83 |
| 9.  | Ações fundadas na Lei de Registros Públicos .....            | 83 |
| 10. | Ações fundadas na Lei de Loteamentos .....                   | 84 |
| 11. | Ações fundadas em leis diversas .....                        | 84 |

**CAPÍTULO 4****A atuação do Ministério Público  
no processo civil**

- |    |  |    |
|----|--|----|
| 1. | Atuação no processo civil em geral ..... | 89 |
| 2. | A causa e a finalidade da atuação .....  | 95 |

3.	A obrigatoriedade da ação civil pública.....	97
a)	O dever de agir .....	97
b)	O caráter vinculado da atuação .....	100
c)	O princípio da obrigatoriedade na Lei n. 7.347/85.....	100
d)	O princípio da discricionariedade controlada.....	101
4.	A não propositura da ação civil pública .....	103
5.	A obrigação de assumir a ação .....	104
6.	O aditamento à petição inicial .....	104
7.	Intervenção pela natureza da lide .....	110
8.	Intervenção pela qualidade da parte.....	110
9.	Vinculação ou desvinculação ao interesse .....	113
10.	Limites da atuação vinculada .....	114
11.	Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte.....	116
12.	Pluralidade de membros no processo.....	116
13.	Hipóteses de intervenção protetiva .....	119
14.	Limites ao poder de impulso .....	120
15.	A defesa de interesses individuais .....	123
16.	A defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	124
17.	Impetração de mandado de segurança .....	128
18.	A jurisdição voluntária .....	129
19.	O Ministério Público como réu .....	132
20.	A falta de intervenção do Ministério Público .....	133
21.	O Ministério Público e a litigância de má-fé.....	136

### **TÍTULO III**

#### **A DEFESA DOS INTERESSES**

#### **DIFUSOS E COLETIVOS**

#### **NAS LEIS NS. 7.347/85 E 8.078/90**

#### **CAPÍTULO 5**

#### **Origens e alterações da Lei n. 7.347/85**

1.	Os primeiros trabalhos.....	143
----	-----------------------------	-----

2.	Cotejo entre os projetos .....	145
3.	Alterações trazidas pela legislação subsequente .....	148
4.	Restrições ao sistema de defesa coletiva .....	150
5.	Litisconsórcio e compromisso de ajustamento .....	152
6.	O Código de Processo Civil de 2015 .....	153
	a) Generalidades .....	153
	b) O papel dos precedentes .....	163
	c) A vedação do acesso coletivo à jurisdição .....	172
	d) A suspensão das ações individuais .....	174
	e) A disciplina da coisa julgada coletiva .....	182
	f) Conclusão .....	182

## **CAPÍTULO 6**

### **Objeto da Lei n. 7.347/85**

1.	Campo de incidência .....	185
2.	O veto imposto à Lei n. 7.347/85 .....	187
3.	A defesa de qualquer interesse transindividual .....	189
4.	Causa de pedir e natureza do pedido .....	189
5.	A defesa do patrimônio público e da probidade administrativa ..	194
6.	O controle do ato administrativo .....	194
7.	Litígios estruturais e estratégicos .....	199
8.	Os princípios da eficiência e da razoabilidade .....	203
9.	Ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade .....	204
10.	A defesa do contribuinte e de outros interesses análogos .....	208
11.	Os danos morais e patrimoniais .....	208
12.	Direito de resposta coletivo .....	212
13.	Distinção entre ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo .....	213

## **CAPÍTULO 7**

### **Proteção ao meio ambiente**

1.	A proteção legal ao meio ambiente .....	219
2.	Conceito de meio ambiente .....	224
3.	A proteção às coisas, aos animais e aos vegetais .....	225
4.	Consciência social da preservação ambiental .....	227
5.	Legitimação para a ação ambiental .....	228

## **CAPÍTULO 8**

### **Proteção ao consumidor**

1.	Conceito doutrinário de consumidor .....	233
2.	Conceito legal de consumidor .....	235
3.	Direitos do consumidor .....	239
4.	Cláusulas abusivas .....	240
5.	Consumidores diversos .....	243
6.	O papel do Ministério Público .....	244
7.	O consumidor individual .....	246
8.	O Ministério Público e o atendimento ao público .....	248
9.	A defesa do consumidor no campo da publicidade .....	249
10.	O ônus da prova .....	251
11.	Crítica sobre a defesa do consumidor .....	251
12.	Conclusões .....	252

## **CAPÍTULO 9**

### **Proteção ao patrimônio cultural**

1.	Generalidades .....	255
2.	O patrimônio cultural .....	256
3.	O patrimônio artístico e estético .....	256
4.	O tombamento .....	257

## **CAPÍTULO 10**

### **Proteção ao patrimônio público e social**

1.	O patrimônio público e a improbidade administrativa .....	259
	a) Evolução legislativa .....	259
	b) Quem defende o patrimônio público .....	262
	c) A moralidade administrativa .....	264
	d) O papel do Tribunal de Contas .....	266
	e) O objeto da investigação e o polo passivo .....	267
2.	Os atos de improbidade administrativa .....	268
	a) Os atos que importem enriquecimento ilícito .....	272
	b) Os atos que importem lesão ao erário .....	272
	c) Os atos que atentem contra os princípios da Administração ..	273
3.	A responsabilidade .....	273

4.	A questão do prejuízo .....	275
5.	As sanções .....	278
6.	A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa .....	281
7.	A competência.....	289
8.	A prescrição.....	289
9.	O processo .....	300
10.	O Ministério Público na defesa do patrimônio público .....	302
11.	O patrimônio social.....	312
12.	A transação .....	313

## **CAPÍTULO 11**

### **Tombamento**

1.	O tombamento como forma de proteção administrativa .....	315
2.	Outras formas especiais de proteção .....	317
3.	Natureza jurídica do tombamento .....	321
4.	Conclusões.....	322

## **CAPÍTULO 12**

### **Tutela provisória e definitiva e as ações individuais**

1.	Tutelas provisórias e definitivas .....	325
	a) Provimentos jurisdicionais possíveis .....	325
	b) Provimento mandamental .....	328
	c) Provimento injuntivo .....	330
2.	Rito processual.....	330
3.	Tutelas de urgência.....	331
4.	Antecipação da tutela .....	334
5.	Ações individuais e sua suspensão.....	335

## **CAPÍTULO 13**

### **Ação penal para defesa de interesses transindividuais**

1.	Generalidades .....	345
	a) O direito de punir.....	345
	b) Tutela penal de interesses transindividuais .....	346



c) Prejudicialidade entre ação civil e ação penal .....	346
d) Prejudicialidade entre ação penal e ação civil.....	347
2. Iniciativa da ação penal.....	351
3. A ação penal privada subsidiária .....	352
4. Assistência ao Ministério Público .....	353

## **CAPÍTULO 14**

### **Ações declaratórias e constitutivas**

1. Ações alcançadas pela Lei n. 7.347/85.....	355
2. A norma residual de proteção a outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	357

## **CAPÍTULO 15**

### **Conexidade, continência e litispendência**

1. Conexidade e continência.....	359
2. Litispendência .....	362
3. Unidade ou extinção de processos .....	366

## **CAPÍTULO 16**

### **Competência**

1. As regras gerais.....	369
2. As questões decorrentes das relações do trabalho.....	372
a) A competência da Justiça do Trabalho.....	372
b) O meio ambiente do trabalho .....	375
c) Os interesses transindividuais indiretamente ligados às relações do trabalho .....	379
3. A competência absoluta .....	380
4. A competência em matéria de interesses transindividuais.....	381
a) Interesses difusos e coletivos.....	381
b) Interesses individuais homogêneos .....	381
c) A competência do juiz prolator .....	381
d) Conclusão.....	387
5. A competência em matéria de defesa do consumidor .....	388
a) A competência relativa.....	388
b) O domicílio dos substituídos.....	390
6. A competência em ação de improbidade administrativa .....	391

7.	A competência em matéria de infância e juventude .....	394
8.	Os danos nacionais e regionais .....	396
9.	O critério da prevenção .....	399
10.	O interesse da União e de vários Estados .....	400
11.	A disputa sobre direitos indígenas .....	405
12.	A questão do foro por prerrogativa de função .....	406
13.	A inexistência de juízo universal nas ações coletivas .....	414
14.	A competência para a liquidação e a execução .....	415
15.	Considerações finais .....	415

## **CAPÍTULO 17**

### **Legitimação ativa**

1.	Legitimados ativos .....	417
2.	Representatividade adequada .....	423
3.	Legitimação de associações, partidos políticos, sindicatos e fundações privadas .....	432
	a) Legitimação das associações civis .....	432
	b) Legitimação dos partidos políticos .....	441
	c) Legitimação dos sindicatos .....	442
	d) Legitimação das fundações privadas .....	447
4.	A legitimação ativa do Ministério Público .....	448
5.	A legitimação dos entes públicos .....	455
6.	A legitimação concorrente .....	456
7.	Ampliação da legitimidade ativa .....	458
8.	Os cidadãos e os titulares de interesses individuais .....	459

## **CAPÍTULO 18**

### **Litisconsórcio e assistência**

1.	Generalidades .....	465
2.	Litisconsórcio .....	465
3.	Litisconsórcio ulterior e aditamento à inicial .....	469
4.	Ministério Público autor e fiscal .....	470
5.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos .....	471
6.	As várias formas de assistência .....	478
	a) Os colegitimados .....	478
	b) Os indivíduos lesados .....	478
	c) Os terceiros .....	482

## **CAPÍTULO 19**

### **Legitimação passiva**

- |    |  |     |
|----|--|-----|
| 1. | Os legitimados passivos .....                                    | 485 |
|    | a) A regra geral.....  | 485 |
|    | b) A decisão de questão prejudicial incidental .....             | 485 |
|    | c) O Ministério Público como réu.....                            | 486 |
|    | d) As autoridades no polo passivo.....                           | 486 |
|    | e) A desconsideração da personalidade jurídica.....              | 487 |
|    | f) Entes sem personalidade jurídica.....                         | 490 |
|    | g) A intervenção de terceiros .....                              | 490 |
|    | h) A citação dos beneficiários do ato impugnado .....            | 491 |
| 2. | A substituição processual no polo passivo.....                   | 493 |
| 3. | O Estado como legitimado passivo .....                           | 500 |
| 4. | A responsabilidade solidária e a responsabilidade regressiva.... | 503 |

## **CAPÍTULO 20**

### **Interesse processual**

- |    |   |     |
|----|---|-----|
| 1. | Interesse processual quanto ao Ministério Público ..... | 507 |
| 2. | Os demais legitimados .....                             | 509 |
| 3. | A subsistência do interesse processual .....            | 511 |

## **CAPÍTULO 21**

### **Unidade do Ministério Público**

- |    |  |     |
|----|--|-----|
| 1. | Princípios institucionais .....                  | 513 |
| 2. | As promotorias de Justiça.....                   | 515 |
| 3. | Pluralidade ou unidade de agentes no feito ..... | 516 |
| 4. | Conflitos de atribuições .....                   | 518 |
| 5. | Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....     | 522 |

## **CAPÍTULO 22**

### **Desistência da ação**

- |    |   |     |
|----|---|-----|
| 1. | Generalidades sobre a desistência da ação civil pública ..... | 523 |
| 2. | Recusa ministerial em assumir a ação .....                    | 526 |
| 3. | Homologação pelo colegiado competente .....                   | 527 |
| 4. | Desistência pelos demais legitimados ativos.....              | 528 |

## **CAPÍTULO 23**

### **Desistência pelo Ministério Público**

1. Igual tratamento processual para as formas de desistência ..... 531
2. Homologação pelo colegiado competente ..... 534

## **CAPÍTULO 24**

### **Desistência e renúncia ao recurso**

1. Atos de desistência ou renúncia ao recurso ..... 537
2. Caráter excepcional dos atos ..... 538
3. Efeitos ..... 539
4. Desistência pelo Ministério Público ..... 539
5. Oitiva do colegiado competente ..... 541

## **CAPÍTULO 25**

### **Formas de autocomposição**

1. Generalidades ..... 543
  - a) A possibilidade de transigir ..... 543
  - b) O compromisso de ajustamento de conduta ..... 545
  - c) O acordo de leniência ..... 545
  - d) A mediação ..... 547
  - e) O acordo de colaboração premiada ..... 548
  - f) O acordo de não persecução cível ..... 550
  - g) Limites dos acordos ..... 552
  - h) Audiência preliminar ..... 553
2. Análise do compromisso de ajustamento de conduta ..... 554
  - a) Criação ..... 554
  - b) As partes ..... 561
  - c) Natureza jurídica ..... 566
  - d) Características ..... 569
  - e) Compromisso preliminar ..... 572
  - f) A discordância dos interessados ..... 574
  - g) Efeitos ..... 576
  - h) Papel do órgão colegiado ..... 581
  - i) O cumprimento e a rescisão ..... 582
3. A autocomposição em juízo ..... 585

## CAPÍTULO 26

### Notificações, requisições e dever de informação

1.	As notificações.....	587
2.	As requisições.....	589
3.	As matérias sigilosas .....	592
4.	A requisição de informações eleitorais e bancárias.....	596
5.	Requisições à autoridade policial.....	599
6.	Desatendimento à requisição.....	599
7.	O particular e o acesso à informação .....	599
8.	A chamada <i>Lei da Mordaza</i> .....	601

## CAPÍTULO 27

### Inquérito civil

1.	Generalidades .....	605
2.	Instauração, competência e objeto .....	612
3.	Instrução e sigilo.....	616
4.	Conclusão do inquérito civil.....	623
5.	O arquivamento implícito .....	626
6.	Controle do arquivamento.....	628
7.	O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85.....	631
8.	Recursos no inquérito civil.....	632
9.	Compromisso de ajustamento .....	635
10.	Audiências públicas e recomendações .....	635

## CAPÍTULO 28

### Tramitação do inquérito civil no colegiado competente

1.	As providências prévias .....	637
2.	O arrazoamento pelas associações .....	638
3.	O arrazoamento pelos demais legitimados, pelos lesados e por terceiros .....	639

- 
- 4. A matéria regimental ..... 640
  - 5. A deliberação do colegiado ..... 640

## **CAPÍTULO 29**

### **Efeitos do arquivamento do inquérito civil**

- 1. Generalidades ..... 643
- 2. Compromisso de ajustamento ..... 646
- 3. O arquivamento e a decadência ..... 647

## **CAPÍTULO 30**

### **Impedimento e suspeição**

- 1. Distinções ..... 649
  - a) Generalidades ..... 649
  - b) Impedimento em sentido lato ..... 649
  - c) Impedimentos e motivos de suspeição para fins processuais ..... 651
- 2. Impedimento e suspeição nas ações civis públicas ..... 652
  - a) Interesses transindividuais ..... 652
  - b) Arquivamento do inquérito civil ..... 653
  - c) Conversão em diligência ..... 656
  - d) Aconselhamento às partes ..... 657
  - e) Tomada de compromisso de ajustamento ..... 659
- 3. Arguição do impedimento ou da suspeição ..... 659
- 4. Incompatibilidade de acumular funções conflitantes ..... 660

## **CAPÍTULO 31**

### **Crime contra a Administração Pública**

- 1. Os crimes do art. 10 da Lei n. 7.347/85 e do art. 8º, VI, da Lei n. 7.853/89 ..... 661
- 2. Crítica aos institutos ..... 665

## CAPÍTULO 32

### Liminares e recursos

1.	Distinções prévias .....	667
2.	O mandado liminar .....	672
3.	A proibição de concessão de liminar .....	674
4.	Impugnações à decisão sobre a liminar .....	675
	a) Impugnação à concessão da liminar .....	676
	b) Impugnação à denegação da liminar .....	681
5.	A reconsideração da liminar .....	682
6.	Os recursos em geral .....	683

## CAPÍTULO 33

### Multas

1.	As multas cominatórias .....	687
2.	Multa liminar .....	689
3.	Multa imposta em tutela antecipada .....	689
4.	Multa imposta na sentença .....	690
5.	Multas administrativas e multas impostas em compromisso de ajustamento .....	692
6.	A multa criminal .....	693

## CAPÍTULO 34

### Fundo para reconstituir o bem lesado

1.	A reparação de interesses difusos lesados .....	695
2.	O fundo do art. 13 da Lei n. 7.347/85 .....	696
3.	Outros fundos semelhantes .....	698
4.	Fundo federal e fundos estaduais .....	698
5.	A participação de membros do Ministério Público .....	699
6.	As receitas do fundo .....	700
7.	As finalidades do fundo .....	700

## CAPÍTULO 35

### A reparação das lesões individuais

- |    |   |     |
|----|---|-----|
| 1. | Generalidades .....                               | 703 |
| 2. | Perda do prazo para habilitação dos lesados ..... | 708 |

## CAPÍTULO 36

### Liquidação, cumprimento da sentença e execução

- |     |   |     |
|-----|---|-----|
| 1.  | A liquidação da sentença.....   | 713 |
| 2.  | O cumprimento da sentença no processo coletivo.....                   | 717 |
|     | a) Generalidades .....  | 717 |
|     | b) O cumprimento da sentença e a impugnação.....                      | 718 |
|     | c) A execução provisória .....  | 722 |
| 3.  | A execução de título extrajudicial e os embargos .....                | 723 |
| 4.  | Observações comuns à liquidação e ao cumprimento<br>da sentença ..... | 724 |
| 5.  | A presença de mais de um tipo de interesse transindividual.....       | 727 |
| 6.  | A escolha do foro pelo lesado individual .....                        | 728 |
| 7.  | O foro para a liquidação e o cumprimento da sentença.....             | 729 |
| 8.  | Os autos da liquidação e do cumprimento da sentença .....             | 730 |
| 9.  | A questão da suposta competência territorial do juiz.....             | 733 |
| 10. | A preferência das indenizações individuais.....                       | 735 |
| 11. | O papel do Ministério Público .....                                   | 736 |

## CAPÍTULO 37

### Coisa julgada

- |    |  |     |
|----|--|-----|
| 1. | A coisa julgada como fenômeno processual .....                       | 741 |
| 2. | Os supostos limites territoriais da coisa julgada .....              | 742 |
| 3. | A coisa julgada em matéria de interesses transindividuais.....       | 746 |
| 4. | Alcance das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i> ..... | 750 |
| 5. | A coisa julgada coletiva e as ações individuais .....                | 752 |



6.	Alguns exemplos de coisa julgada coletiva .....	755
7.	A coisa julgada coletiva segundo o resultado do processo .....	757
8.	Quadros sinóticos .....	758
9.	Apreciação conclusiva sobre a coisa julgada coletiva .....	760
10.	A reabertura da ação e a rescisão da coisa julgada .....	761
11.	A necessidade de mitigar a coisa julgada coletiva .....	766

## **CAPÍTULO 38**

### **As custas e os demais encargos da sucumbência**

1.	As custas e os encargos processuais .....	771
2.	Consequências processuais da sucumbência .....	772
3.	O Ministério Público, os honorários e a improcedência .....	779

## **CAPÍTULO 39**

### **A prova e a avaliação dos danos**

1.	Generalidades .....	783
2.	O ônus da prova e seu custeio .....	785
3.	As dificuldades na avaliação .....	791
4.	O papel da perícia .....	794

## **CAPÍTULO 40**

### **Responsabilidade e culpa**

1.	Responsabilidade com ou sem culpa .....	797
2.	Exclusão da responsabilidade .....	802
3.	O nexo causal .....	804
4.	A prescrição e a decadência .....	806
	a) Generalidades .....	806
	b) O meio ambiente .....	809
	c) O patrimônio público .....	810
	d) Os consumidores .....	810
	e) Os outros interesses transindividuais .....	811
	f) A interrupção e a suspensão da prescrição .....	812

**CAPÍTULO 41****Responsabilidade estatal**

1. O Estado como causador do dano a interesses  
transindividuais ..... 813
2. O Estado no polo passivo da ação ..... 814

**CAPÍTULO 42****Responsabilidade dos  
agentes públicos**

1. A responsabilidade dos agentes públicos e dos agentes  
políticos ..... 817
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público ..... 820
3. A questão da responsabilidade por culpa do membro  
do Ministério Público ..... 822
4. A atividade opinativa do membro do Ministério Público ..... 826
5. A ação de responsabilidade civil ..... 827
6. A denúncia da lide ..... 829
7. A responsabilização de membro do Ministério Público  
por medida provisória ..... 830
8. Conclusões ..... 833

**TÍTULO IV****A DEFESA DE OUTROS INTERESSES****DIFUSOS E COLETIVOS****CAPÍTULO 43****Defesa das pessoas com deficiência**

1. O princípio da igualdade ..... 837
2. A defesa da pessoa com deficiência ..... 844
3. A questão terminológica ..... 848

- 
4. Princípios, diretrizes, objetivos e equiparação de oportunidades ..... 849
  5. A acessibilidade em geral ..... 849
  6. O mercado de trabalho ..... 850
  7. A pessoa com deficiência e a capacidade civil ..... 855

## **CAPÍTULO 44**

### **Defesa dos investidores no mercado de valores mobiliários**

1. O Ministério Público na defesa dos investidores ..... 857
2. Limites para a atuação ministerial ..... 859
3. A prescrição e a decadência ..... 860

## **CAPÍTULO 45**

### **Defesa da criança, do adolescente e do jovem**

1. A defesa de interesses difusos e coletivos da infância à juventude ..... 861
2. A competência para a ação civil pública ..... 864
3. Hipóteses de ações civis públicas ..... 865

## **CAPÍTULO 46**

### **Defesa da ordem econômica e financeira**

1. Generalidades ..... 869
2. Hipóteses de ações civis públicas ..... 871
3. Acordos de leniência ..... 872

## **CAPÍTULO 47**

### **Defesa da ordem urbanística**

1. Generalidades ..... 873
2. A defesa dos interesses transindividuais ligados ao urbanismo ..... 874

**CAPÍTULO 48****Defesa das pessoas idosas**

1. Generalidades ..... 877
2. A política nacional da pessoa idosa..... 879
3. O Estatuto da Pessoa Idosa ..... 882
4. O Ministério Público e as pessoas idosas ..... 884

**CAPÍTULO 49****Defesa de grupos étnicos,  
religiosos e das minorias**

1. A democracia e seus problemas ..... 889
2. O respeito a grupos étnicos, religiosos e minorias ..... 892
3. A chamada *discriminação positiva* ..... 894
4. A defesa dos interesses transindividuais ligados às minorias..... 899

**CAPÍTULO 50****Defesa das mulheres**

1. Generalidades ..... 901
2. O princípio da igualdade ..... 902
3. A defesa de interesses transindividuais ..... 904

**CAPÍTULO 51****Defesa dos contribuintes**

1. Generalidades ..... 907
2. A defesa coletiva do contribuinte ..... 907

**CAPÍTULO 52****Defesa de qualquer  
interesse transindividual**

1. Generalidades ..... 917
2. A vedação de tutela coletiva ..... 919
3. A defesa de interesses difusos ou coletivos..... 924
4. A defesa de interesses individuais homogêneos ..... 925

---

## ANEXOS

### LEGISLAÇÃO

1. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 ..... 929
2. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC, arts. 81-104)... 935

### RESOLUÇÃO

- Resolução n. 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007 ..... 941

### MODELOS

1. Portaria inicial de inquérito civil ..... 951
2. Compromisso de ajustamento ..... 953
3. Promoção de arquivamento de inquérito civil ..... 955
4. Petição inicial de ação civil pública (meio ambiente) ..... 957
5. Petição inicial de ação civil pública (consumidor) ..... 959
6. Quesitos para perícias ambientais mais comuns ..... 961

*Bibliografia específica* ..... 963

*Índice alfabético-remissivo* ..... 979